

PACO  EDITORIAL

# PÁGINAS DA LUTA PELA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SÃO PAULO (1970-1990)



Maria C. Bandeira  
Carlos Bauer

**PÁGINAS DA LUTA PELA  
EDUCAÇÃO INFANTIL NA  
CIDADE DE SÃO PAULO  
(1970-1990)**

---

Maria C. Bandeira  
Carlos Bauer

PACO  EDITORIAL

---

## Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues

Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani

Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi

Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna

Prof. Dr. Carlos Bauer

Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha

Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida

Prof. Dr. Eraldo Leme Batista

Prof. Dr. Fábio Régio Bento

Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira

Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva

Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino

Prof. Dr. Juan Droguett

Profa. Dra. Ligia Vercelli

Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes

Prof. Dr. Marco Morel

Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira

Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva

Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins

Prof. Dr. Romualdo Dias

Profa. Dra. Rosemary Dore

Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus

Profa. Dra. Thelma Lessa

Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

---

**©2025 Maria C. Bandeira; Carlos Bauer**

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

---

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

---

B344p

Páginas da luta pela educação infantil na cidade de São Paulo (1970-1990) /Maria C. Bandeira, Carlos Bauer. – Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2025.

88 p. ; 12x18 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-462-3021-1

1. Educação infantil - São Paulo. I. Bandeira, Maria C. II. Bauer, Carlos. III. Título.

CDD: 372.21

---

Biblioteca Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Educação infantil - São Paulo

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658

Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21

Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100

11 4521-6315 | 2449-0740

contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal.

*Em memória do professor Paulo Gonçalves dos Santos (Paulão), participe ativo dessa história, do combate aos preconceitos e toda forma de discriminação e opressão social, entusiasta da presença da cultura e da música popular brasileira no cotidiano escolar...*



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>RAÍZES HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO</b>	<b>17</b>
<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E SUAS FORMAS DE LUTA E MOBILIZAÇÃO</b>	<b>27</b>
<b>UM BALANÇO DAS LUTAS SOCIAIS E DOS MOVIMENTOS POPULARES NA CIDADE DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1980</b>	<b>39</b>
<b>RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS GOVERNANTES PAULISTANOS</b>	<b>47</b>
<b>ADVERSIDADES SOCIAIS E AS LUTAS POR CRECHES NA CIDADE DE SÃO PAULO</b>	<b>51</b>

<b>OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL</b>	<b>59</b>
<b>A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E POR CRECHES NO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DE LUIZA ERUNDINA</b>	<b>65</b>
<b>MEDIDAS ANTIPOPULARES E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PRIVATIZANTES PELOS GOVERNOS PAULISTANOS</b>	<b>71</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>
<b>SOBRE OS AUTORES</b>	<b>85</b>

# PREFÁCIO

*Por Everaldo de Oliveira Andrade<sup>1</sup>*

Maria C. Bandeira é professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), com a realização de estudos e inúmeros escritos publicados sobre a história da organização sindical docente. Carlos Bauer é já um pesquisador e orientador reconhecido pelo compromisso com um campo novo e dinâmico de estudos sobre a história do sindicalismo docente, da educação e das lutas populares.

Essa nova publicação destaca uma faceta das lutas por direitos educacionais pouco estudadas. Só alguém inserido nessa tradição, enraizado nas lutas, pode perceber, olhar, questionar e chamar a nossa atenção. A luta histórica dos movimentos sociais pela expansão e consolidação das creches municipais na cidade de São Paulo como parte do sistema educacional ao longo de três décadas é o tema central deste livro.

O movimento pela implantação das creches públicas na cidade foi construído pelas camadas mais oprimidas e explora-

---

1. Professor livre-docente em História contemporânea pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda (CAPH) da FFLCH-USP. Foi coordenador do programa de pós-graduação em História Econômica da USP (PPG-HE) na gestão 2017-2018. Possui mestrado e doutorado em História Econômica pela mesma universidade, onde desenvolveu pesquisa de pós-doutorado entre 2012-2013. Professor de História contemporânea no departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), credenciado nos programas de pós-graduação em História Social (PPG-HS) e em História Econômica (PPG-HE). Membro atual do Conselho da Anpuh-SP (2022-2024) e da Diretoria da Associação Nacional de História – SP na gestão 2011-2012. Tem experiência docente e publicações na área de ensino e pesquisa de História, em História contemporânea, História da América e História econômica. Foi membro do conselho editorial da *Revista de História* do departamento de História da USP (2018-2020).

das da classe trabalhadora, que viviam e vivem em situação desesperadora nas periferias da cidade. Bandeira e Bauer narram como a virada histórica de expansão selvagem do capitalismo em plena ditadura militar só foi possível sugando a energia do trabalho de milhões trabalhadores, muitos deles de imigrantes.

É desse sangue que se alimentou o chamado “milagre econômico brasileiro”, que fez a economia do Brasil crescer durante a ditadura. Milhões de trabalhadores e suas famílias, seus filhos e suas esperanças estavam depositados e vivendo nas periferias; e tiveram que arrancar com muita luta direitos sociais e equipamentos públicos.

Muitos ignoram ou esquecem que cada escola, creche, posto de saúde e hospital público que existe nas periferias das cidades, e da capital paulista em particular, foram frutos de lutas populares realizadas em difíceis condições. Foram os resultados de horas, dias, semanas, anos de reuniões, assembleias, abaixo-assinados, protestos de rua e pressão sobre prefeitos e governadores. Os movimentos populares não eram uma realidade a parte das lutas gerais contra a ditadura que ocorriam.

Como bem lembram Bandeira e Bauer, eles integraram as lutas gerais da classe trabalhadora nos locais de trabalho. Eram principalmente as mulheres donas de casa e os filhos e filhas da classe trabalhadora que estavam lutando, muitas vezes lado a lado com seus maridos e filhos que atuavam nos sindicatos no período final e turbulento da ditadura militar.

Outra dimensão central lembrada por Maria C. Bandeira e Carlos Bauer é como cada gestão da prefeitura de São Paulo, ao longo de três décadas desde 1970 a 1990, foi se relacionando, reprimindo ou cedendo às pressões populares como as gestões durante a ditadura, ou atendendo reivindicações com a gestão da prefeita Luiza Erundina do então combativo PT dos movimentos de periferia, ou atacando diretamente as conquistas com os governos privatistas de Paulo Maluf e Celso Pitta.

Tratava-se da correlação de forças da luta de classes na capital, da capacidade da classe trabalhadora impor-se politicamente com suas pautas próprias, ocupando espaços institucionais ou na luta direta dos movimentos, para tentar ampliar os recursos públicos para atender os seus interesses de classe.

As grandes lutas alcançaram resultados. A grande virada que merece muita atenção do leitor se expressou não somente na expansão física com a construção de novas creches públicas, mas na introdução dentro da própria legislação, de várias reivindicações como na Constituição de 1988, no estatuto da criança e do adolescente de 1990 e no artigo 62 da LDB. Trata-se do pleno reconhecimento da educação infantil – e, portanto, da atividade das creches e das suas e dos seus profissionais – como parte da formação educacional da educação básica.

Essas conquistas exigiam mais recursos e mais investimentos públicos para atender os filhos, as famílias da classe trabalhadora da cidade, a construção e expansão das instalações físicas e da contratação corpo de profissionais do serviço público com especialização. A burguesia paulistana respondeu a esse ciclo de conquistas com um contra-ataque brutal representado pelas gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta para destruir a rede de creches e seus profissionais.

Maria C. Bandeira e Carlos Bauer lançam o desafio de lermos essa trajetória de mobilizações, de conquistas, recuos e retomada das lutas populares não para ser vista como um exercício acadêmico e universitário sem compromissos com o passado. O desafio é conhecer e se aprofundar nessa história como patrimônio político das classes populares da cidade de São Paulo e não só, mas para todos e todas que lutam pela expansão e consolidação dos serviços públicos nos dias atuais, entre os quais, as creches públicas arrancadas à duras penas pelas gerações passadas de militantes.

O trabalho e a trajetória de Maria C. Bandeira e Carlos Bauer ao entrar nessa seara de estudos e novas pesquisas é um bom sinal de que seremos orientados por um seguro e bom caminho. Essa história não pode ser esquecida, mas estudada e analisada com toda a seriedade científica e acadêmica necessária e principalmente reivindicada como exemplo de luta para o nosso presente.

# INTRODUÇÃO

A preocupação em tecer essas páginas com a presença histórica dos movimentos sociais, políticos e educacionais na cidade de São Paulo, nos idos dos anos das décadas de 1970 e 1990, deitam suas raízes no imperativo acadêmico de contribuímos com a elaboração de algumas páginas, reflexões e apontamentos esparsos pertinentes ao processo de formação social e as linhagens políticas da organização sindical dos professores da educação infantil pública desta conflituosa municipalidade brasileira.

As consequências das mudanças econômicas e o vertiginoso crescimento urbano são componentes significativos para a construção dos cenários que envolvem a compreensão crítica das lutas da classe trabalhadora protagonizadas na capital paulista em sua secular historicidade em busca de alternativas de vida e de solapar o capitalismo nas ranhuras desta época de sua mundialização.

Nas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais que irromperam por todos os cantos da cidade, possuíam bandeiras e reivindicações distintas, mas, com pontos em comum, como é o caso da luta pelo direito à educação pública, gratuita e laica para todas as pessoas que almejavam terem a sua cidadania reconhecida e experimentada como práxis social no âmbito da urbe paulistana!

O ordenamento do modo de produção capitalista pressupõe a instauração de instrumentos legitimados de coação e de disciplina do labor no incremento das relações políticas, econômicas e sociais na satisfação da classe dominante dos seus interesses de produção, reprodução e no aprofundamento da subalternização da classe trabalhadora. Mas, mesmo diante de toda a racionalização empresarial fordista, que era própria daqueles dias, do controle rígido dos salários, do acesso ao consumo e da tirania

política vigente, a resistência e a sabotagem ao modelo imperante se mostraram presentes e foram capazes de prosperar.

Num cenário de conflitos urbanos, em muitos casos, nas revoltas registradas na década de 1970, o que estava em jogo era a luta pelo emprego, pela valorização do salário, a busca de superar as condições precárias de trabalho, garantir a carteira de trabalho assinada, não se deixar sucumbir no inferno da informalidade e encontrar um lugar para viver com dignidade nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Embora o Estado continuasse fundamental no acelerado processo de integração econômica do Brasil no mercado mundial, da sua importância na valorização do capital e na apropriação privada da riqueza pública, a crise que ocasionava o prenúncio da derrocada da ditadura civil-militar se mostrava presente, não em torno de movimentos sociais e políticos que almejavam a ruptura estrutural e revolucionária com o modo de produção capitalista, mas, num cenário de limitadas condições de vida, faziam florescer as expectativas organizativas e a esperança de que as condições sociais não podiam continuar mais como antes!

O percurso e as lutas muitas vezes inauditas dos movimentos populares nos parecem importantes de serem resgatados com a preocupação de compreendermos as raízes históricas do movimento sindical das educadoras da infância e da valorização da atuação das trabalhadoras em educação das creches municipais, suas ações e formas organizativas, entre outras, para conseguir a transferência das creches para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), o seu reconhecimento social e a legalização dos seus direitos profissionais.

Esses conflitos tem uma dimensão local, parecem fadados ao cotidiano das reivindicações corporativistas e de alcance limitados, mas, na sua essência, apontam os traços mais marcantes e materializam o questionamento da lógica destrutiva e a barbárie alcançada pelo capitalismo, com o aniquilamento das promessas

da edificação de um Estado de bem-estar social, da soberania nacional e da imposição dos meios mais aviltantes da apropriação da mais valia absoluta e relativa para garantir os lucros exigidos pelos mercados financeiros cada vez mais inseridos na lógica parasitária e destrutiva da mundialização do capital.

As décadas de 1970 e 1980 no Brasil foram marcadas pela intensificação da luta da classe trabalhadora contra a ditadura civil-militar (1964-1985), com repressão política, censura e violência estatal. No entanto, também foi um período de intensa mobilização social, com o crescimento de movimentos populares urbanos, como o Movimento Custo de Vida (MCV) e o Movimento de Luta por Creches (MLC), articulados com os sindicatos, as igrejas progressistas e os partidos de esquerda clandestinos.

A construção destas Páginas da luta pela educação infantil na cidade de São Paulo (1970-1990) fundamenta-se em uma diversidade de fontes bibliográficas, documentais e empíricas, articulando análises teóricas com registros históricos e vozes dos protagonistas das lutas sociais. Essa pluralidade metodológica permite uma abordagem crítica e multifacetada do tema, combinando o trato acadêmico com a vivência dos sujeitos envolvidos.

Autores como Paul Singer e Marília Pontes Sposito fornecem a base para compreender a urbanização desordenada de São Paulo, a concentração de renda e a emergência dos movimentos sociais periféricos. Singer, em *Economia política da urbanização* (1985), analisa o crescimento econômico excludente da capital, enquanto Sposito, em *O povo vai à escola* (1984), destaca as reivindicações por equipamentos educacionais nas periferias. Esses trabalhos situam a luta por creches dentro do contexto mais amplo da industrialização, migração e marginalização da classe trabalhadora.

Walter Benjamin aporta uma perspectiva crítica sobre a fotografia como o elo do desvelamento das contradições sociais, reforçando a análise das imagens como documentos políticos,

enquanto Eder Sader, em *Quando novos personagens entraram em cena* (1988), contribuiu para entender a autonomia dos movimentos populares e sua relação com sindicatos e partidos de esquerda durante a redemocratização.

A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) são citados como marcos legais que institucionalizaram a educação infantil como direito. Essas fontes evidenciam como as lutas populares se traduziram em conquistas jurídicas, embora enfrentassem retrocessos em gestões posteriores (como as de Maluf e Pitta). A análise desses documentos demonstra a tensão entre avanços normativos e a implementação efetiva das políticas.

Os trabalhos de Fúlvia Rosemberg, Maria Malta Campos e Lenira Haddad discutem a transição das creches de um modelo assistencialista para uma perspectiva educacional. Suas pesquisas ajudam a contextualizar as mudanças pedagógicas e a profissionalização dos educadores, temas centrais nas entrevistas que realizamos com as professoras Claudete Alves e Antônia Ednalva, com os seus relatos nos oferecendo fontes primárias que humanizam a narrativa histórica.

As vozes de Claudete Alves e Antônia Ednalva nos trazem relatos sobre a precariedade inicial das creches, a luta por reconhecimento profissional e a resistência à desvalorização do trabalho educativo, destacam a transformação das creches em Centros de Educação Infantil (Ceis) e a conexão entre militância sindical e a defesa da educação infantil como direito.

A urbanização desordenada, a falta de creches, escolas e infraestrutura básica, o processo de redemocratização com greves operárias (ABC Paulista), a ascensão do PT e a promulgação da Constituição de 1988, que incorporou a educação infantil como direito, são frutos dessas lutas e foram retratados nas imagens de Deocleciana Ferreira, da Agência Estado, da

Olhar Imagens, da Oficina de Imagens, do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz, de Alessandro de Moura, de Nair Benedicto, de Arioaldo dos Santos e de Juca Martins. Esses registros capturam a dualidade do período – opressão estatal versus resistência organizada – e ilustram como as conquistas na educação infantil, como a criação de creches públicas e o reconhecimento profissional dos trabalhadores, foram alcançadas por meio de protestos, abaixo-assinados e intensa pressão política, especialmente durante gestões como a de Luiza Erundina (1989-1992).

As fotografias são fontes históricas essenciais por registrarem momentos concretos, expressando realidades sociais, políticas e culturais de forma imediata. Elas complementam textos escritos ao oferecerem evidências visuais de contextos, emoções e ações coletivas, tornando eventos históricos mais tangíveis.

No presente estudo sobre a história da luta pela educação infantil em São Paulo (SP), as imagens documentam a mobilização popular, as condições precárias das periferias e a repressão estatal, além de destacar protagonistas sociais. Como afirma Walter Benjamin (2012), a fotografia pode “desvelar” aspectos ocultos da história, revelando contradições e resistências.

As fotografias não são meras ilustrações: são documentos políticos que evidenciam a luta de classes, a resistência à ditadura e a construção de direitos sociais. Sua análise permite compreender a materialidade das reivindicações e a força dos movimentos populares, fundamentais para a historiografia crítica da educação brasileira.



# **RAÍZES HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Paul Singer (1977, p. 124), estudou o desenvolvimento de metrópoles urbanas e o crescimento do capital colocado em marcha a partir de 1930, período clássico da compreensão da viragem que se operou no país, até então, tendo como centralidade o setor agrário exportador, para uma sociedade urbana, de serviços e assentada na indústria capitalista pesada.

Com uma riqueza de dados e rara argúcia intelectual no exame da fortuna documental reunida, Singer nos ajuda a compreender que a concentração do capital em São Paulo (SP), a partir dos anos de 1950, já era uma das maiores da América Latina, com a instalação de grandes indústrias, com destaque para o setor automobilístico, de eletrodomésticos e de máquinas pesadas.

Esse quadro de expansão provocou mudanças econômicas, com a constituição do imponente setor terciário, de serviços, financeiro e o aumento considerável de trabalhadores que começavam a chegar de diferentes partes do país e do exterior com o intuito de vender seu labor nas plagas paulistanas.

A cidade de São Paulo apresentava seguidas taxas de crescimento econômico, mas, a inexistência de políticas distributivas da renda socialmente produzida, trouxe a pobreza e o agravamento dos problemas de ordem estrutural envolvendo a questão da moradia, dos transportes, da potabilidade da água, do saneamento básico e da educação, se multiplicaram exponencialmente.

Inúmeros estudos revelam que a problemática da moradia trouxe um sem número de ocupações desordenadas, formando,

no início dos anos de 1950, os primeiros “núcleos de moradores” (Sposito, 1984, p. 177), que passavam a compor os cenários periféricos da capital, como verdadeiros aglomerados de marginalizados sociais, constituindo o volume indispensável do estoque de mais-valia não consumida pela burguesia naquela época.

Com o crescimento urbano, o aumento das correntes migratórias e da expansão de atividades econômicas desacompanhados de políticas de distribuição de renda, desnudam as múltiplas carências experimentadas pela população das periferias paulistanas, que procuram se organizar em diversos movimentos reivindicatórios para o atendimento de suas mais básicas e elementares necessidades de sobrevivência.

Conforme estudado por Aldaíza Sposati (1988), nos primórdios da década de 1960, diante do significativo número de obras públicas registradas na cidade, houve um grande estímulo a adoção de mão de obra desprovida de qualificação profissional e de custos baixos para os grupos empresariais vinculados a indústria da construção civil que atuava junto ao poder público municipal.

O desenvolvimento destas formidáveis correntes migratórias se deu sem quaisquer preocupações com o oferecimento dos direitos mais elementares e básicos para aqueles que vendiam sua força de trabalho em troca de remuneração miserável, que não lhes permitiam nem mesmo obter condições dignas de moradia, alimentação, transporte, água potável e o acesso à educação.

Essas pessoas foram transformadas em marginais e viveram o inferno em vida amontoados em cortiços ou em aglomerados humanos desprovidos de qualquer infraestrutura urbana e assistência social nos arrabaldes da cidade.

Por aqueles dias, até mesmo os mandatários mais truculentos do regime ditatorial eram capazes de reconhecer que, “A economia vai bem, mas o povo vai mal”, como foi o caso do General Presidente E. G. Médici (1969-1974), traduzindo que a política econômica favorável ao ingresso das corporações

multinacionais, a entrada e ao avanço indiscriminado de capital estrangeiro, a realização de grandes obras de infraestrutura com o favorecimento das empreiteiras que apoiavam ao regime e que produziram um falso milagre econômico, em verdade, acentuavam a desigualdade social e produziam aos olhos vistos uma das maiores concentrações de renda que se tem notícia nos países capitalistas do mundo ocidental.

Neste cenário perturbador, num tempo marcado pelas atrocidades e pelo terrorismo de Estado, foi que no interior da Ação Comunitária Beneficente de Burgo Paulista (Nós Mulheres, n. 1, jun. 1976) se instalou por força da ação da Sociedade Amigos de Bairros do Jardim São Nicolau uma creche para atender necessidades da população trabalhadora residente na localidade.

Evidentemente que, do ponto de vista mais geral, a condição de desespero e da ausência do atendimento das condições mais elementares de vida, sem o acesso amplo e gratuito aos serviços públicos, imersos numa cotidianidade eivada de privações continuariam sendo a regra na realidade social da população proletarizada, como bem demonstra essa missiva endereçada às autoridades pelas mães trabalhadoras:

Somos mães de família em desespero e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, escola, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas dessa exploração. Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar, por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e da de vagas nas escolas (Brasil Mulher, n. 3, 1976, p. 2).

Essa carta foi assinada por perto de 19 mil mulheres trabalhadoras e endereçada as autoridades municipais, estaduais e federais em junho de 1976, mas, este expediente de diálogo com as autoridades havia começado muito antes.

Em 1973, o clube de mães da Vila Remo localidade da zona sul paulistana haviam usado esse expediente para denunciar o alto custo de vida registrado naquela ocasião e que o Estado mesmo diante de toda a apologia do milagre econômico não se dispunha a garantir os recursos mínimos absolutos necessários para o bem-estar de amplos contingentes da classe trabalhadora.

Poucos anos depois, em 1977, essas mesmas pessoas continuavam insistindo em suas denúncias e reivindicações, lutando nas ruas mesmo diante das ações repressivas do Estado ditatorial, ousando questionar o altíssimo custo de vida vigente: “[...] o mais doido é quando a gente sabe que os filhos estão com fome e não tem o que pôr na panela” (O povo..., 1977, p. 6).

Um dos episódios mais marcantes da história das lutas sociais registrados na cidade de São Paulo se deu, em 1977, na zona leste da capital, quando um contingente enorme de trabalhadores, em sua maioria, provenientes da região Nordeste do Brasil, desprovidos das condições mais elementares de vida e sem moradia, se organizaram com apoio de ativistas de esquerda, dos setores progressistas das igrejas católicas e protestantes e ocuparam algumas glebas da antiga Fazenda da Juta, construindo em forma de mutirão suas casas e exigindo das autoridades o reconhecimento do seu direito de posse e da efetivação dos serviços urbanos que eram facultados as e vilas e aos bairros paulistanos.



**Figura 1. Moradores da Fazenda da Juta**

Fonte: Deocleciana Ferreira (2018).

Recolhida por Deocleciana Ferreira, a imagem retrata a ocupação da antiga Fazenda da Juta, na Zona Leste de São Paulo, por famílias migrantes nordestinas. O contexto é o da expansão urbana desordenada durante a ditadura militar (1964-1985), marcada pela falta de políticas habitacionais.

A foto simboliza a resistência de trabalhadores que, em meio à repressão, construíram moradias precárias em mutirão, exigindo direitos básicos como urbanização e serviços públicos. Essa luta direta por dignidade ecoa as demandas por creches, já que a proletarianização das mulheres exigia espaços para acolher crianças enquanto trabalhavam.

Nesse mesmo período, mais, precisamente, no dia 27 de agosto de 1978, tivemos a vigência histórica de uma das maiores manifestações populares contra a política econômica recessiva do governo ditatorial civil-militar. Trata-se do momento em que o Movimento Custo de Vida (MCV), utilizando-se de recursos rudimentares, redes invisíveis e subterrâneas de organização social, mobilizou milhares de pessoas e levou pelo me-

nos 20 mil pessoas para participar de um ato público em defesa da democracia, do direito de livre organização e a protestar contra as arbitrariedades governamentais.



**Figura 2. Panfleto do Movimento Custo de Vida**

Fonte: Acervo dos autores.

A manifestação popular contra a carestia, abaixo registrada na fotografia, traduz o esforço organizativo e a capacidade do movimento popular se mobilizar em torno dos seus objetivos mais profundos e fundamentais que estavam ainda muito longe de serem alcançados naquela quadra da história. O instante captado pelo fotógrafo, também, nos ajuda a demonstrar que violência é parte da metodologia de exploração do trabalho e acompanha “os passos da acumulação em todas as suas fases históricas” (Luxemburgo, 1975, p. 398).



**Figura 3. Manifestação popular contra a carestia realizada em 1978**  
Fonte: Agência Estado.

O panfleto e a foto da Agência Estado retratam uma das maiores mobilizações populares da década de 1970, organizada pelo Movimento Custo de Vida (MCV). Em plena ditadura, cerca de 20 mil pessoas protestaram na Praça da Sé contra a inflação e o arrocho salarial. As imagens revelam a articulação subterrânea de movimentos sociais, muitas vezes liderados por mulheres, que vinculavam a luta econômica à demanda por creches. A carestia, agravada pelo “milagre econômico” excludente, reforçava a necessidade de equipamentos públicos para aliviar a carga das mães trabalhadoras.

A esse propósito, Sposito (1984, p. 179) observa que, esses movimentos sociais, após década de 1940, em São Paulo, assim como, em vários países europeus, tiveram suas origens nos efeitos das desigualdades decorrentes de aplicação diferenciada dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos.

Igualmente nos parece significativo dizer que, no Brasil da década de 1970, diferentemente dos países capitalistas europeus, não tínhamos a vigência da democracia, nem a adoção de políticas de estabilidade no emprego e de proteção das parcelas mais vulneráveis da população, próprias de um Estado de bem-estar social na tentativa de conter o avanço da miséria entre os trabalhadores.

Essa conjuntura marcada pelo abandono das questões sociais favoreceu a emergência dos protestos e das mobilizações sociais ocorridas nesse período em São Paulo. Além do mais, com o crescimento urbano a cidade passou a ser o principal ponto de concentração dos meios de produção do país, reprodutora da força de trabalho e de consumo. “É importante observar que, na Grande São Paulo (área metropolitana), a porcentagem da força de trabalho empregada em serviços subiu de cerca de 50% em 1940 e 1950 para 60% em 1960” (Singer, 1985, p. 124).

São Paulo tornou-se uma cidade em permanente expansão, a oferta de trabalho aumentava, os serviços se ampliavam com ofertas em distintas áreas; hoteleiras, atividades financeiras, clubes de campo, serviços domésticos, além dos empregos tradicionais oferecidos pelas atividades fabris.

Com essas áreas econômicas em expansão a cidade crescia em números de habitantes e na oferta de empregos, mas, também, em cifras de desempregados, devido à falta de um planejamento adequado de urbanização, como bem observa Singer. “Parece não haver dúvidas que às vantagens, que foram sobremaneira agravadas pela ausência de um adequado planejamento a longo prazo” (Singer, 1985, p. 125).

A ditadura instalada no Brasil, passada a euforia do milagre econômico, não seria capaz de garantir a estabilidade dos preços, assistiu inerte ao avanço desenfreado da inflação e do desemprego, favoreceu ao avanço do capital financeiro, tornou o país extremamente endividado e criou condições

para que as políticas emanadas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) fossem adotadas sem restrições por essas plagas.

As contradições do capitalismo no Brasil se avolumaram e produziram uma condição de vida miserável para os trabalhadores que viviam nas periferias das grandes cidades do país, exigindo-lhes enorme capacidade organizativa e disposição de enfrentarem as adversidades e a sanha repressiva do regime ditatorial.

As revoltas e as manifestações populares que irromperam nos arrabaldes da cidade de São Paulo, a partir dos fins dos anos de 1960 e atravessaram décadas inteiras revelaram um potencial emancipatório, mobilizando formidáveis contingentes da população na contestação muitas vezes violenta das precárias condições de vida que lhes eram impostas, mas que haveria de se constituir num processo de aprendizado político de longo prazo na construção e na participação dos movimentos sociais com o intuito de colocar em pauta as suas mais sentidas reivindicações.



# OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E SUAS FORMAS DE LUTA E MOBILIZAÇÃO

Ao longo da década de 1970, São Paulo haveria de permanecer como o principal agente de centralização do capital presente no Brasil, exigindo do Estado não apenas o exercício do controle e da dominação da classe trabalhadora, por intermédio de ações policiais e pautadas pela violência estatal, mas, a necessidade de incrementar “uma política mais efetiva de atendimento às necessidades da força de trabalho” (Gohn, 1985, p. 73).

Nessa perspectiva, vamos encontrar, na ordem do dia, uma grande moção da massa popular, engajados na tentativa de alterar a relação entre o Estado autoritário, decorrente do Golpe de 1964 no país, a sociedade civil e as mobilizações populares.



**Figura 4. Manifestação popular na Praça da Sé, São Paulo (SP)**

Fonte: Alessandro de Moura (2015).

Essa presença de novos atores na cena social e política caracterizou-se como um período de lutas e reivindicações no campo educacional brasileiro, mormente, na cidade de São Paulo, houve a ocorrência de significativas mobilizações e assinalou a vigência de inúmeros movimentos sociais na área da educação.



**Figura 5. Comissão do Movimento Custo de Vida encarregada da entrega de abaixo-assinado em Brasília em 1978**

Foto: Movimento (suplemento Assuntos, set. 1978).

Fonte: Agência Estado.

No que diz respeito aos nossos objetivos ulteriores de pesquisa, o Movimento de Luta por Creches (MLC) é um dos mais lembrados na história da Educação Infantil paulistana, mas, também, esse foi um período de muitas outras reivindicações, tanto de caráter mais geral, de defesa dos valores da cidadania, do direito à moradia e a saúde pública, do combate à pobreza e a alta do custo de vida, quanto de lutas específicas, como foi o caso dos movimentos pela regularização dos chamados loteamentos clandestinos, a instalação de linhas de ônibus e de estações ferroviárias, o fornecimento de água, o tratamento de esgotos e a expansão da rede elétrica pelos bairros mais ermos da cidade.



**Figura 6. Crianças *brincando* na periferia de São Paulo (SP)**

Fonte: Olhar Imagens.

Na segunda metade dos anos 1970, as lutas gerais foram sendo protagonizadas em sua maioria por grupos pertencentes às classes populares e trabalhadoras, mas, as camadas médias e cada vez mais proletarizadas da população se organizam e se manifestaram no interior dos combates perpetrados pelo movimento estudantil, de negros, das mulheres, dos jovens, de professores, dentre outros que também sacudiram o dia a dia da urbe. Atuavam “mais no plano ideológico, de formação de uma concepção e consciência dos interesses dos subordinados” (Gohn, 1985, p. 75).

As lutas específicas por saúde, creche, água, saneamento básico e os movimentos pela regularização das vilas e bairros que se instalam nos terrenos ermos e baldios que se esparramam pelos arrabaldes da cidade, transporte e diversas reivindicações que se traduzem no plano da educação e da cultura percorreram todo esse período da história paulistana.



**Figura 7. Mulheres e crianças em fila de espera, enfrentando as precárias condições dos serviços públicos de saúde nas grandes cidades brasileiras durante a década de 1970**

Fonte: Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (CEE-Fiocruz).

Na acepção benjaminiana, as ideias da classe dominante objetivam tornar o capitalismo uma religião cultural e trazem consigo a imagem do mundo que se quer perpetuar sem a manifestação de sentimentos piedosos ou tréguas políticas, econômicas ou sociais. Esse entendimento de Walter Benjamin (2013) nos oferece a oportunidade de estabelecer a crítica radical da sociedade burguesa contemporânea, desmascarando suas ideologias e contribuindo com a compreensão e o desvelamento das condições de vida, de opressão e de desespero a que estão submetidos os trabalhadores no mundo do capital.

Na fotografia, acima reproduzida, temos sintetizado, numa única imagem, uma crítica profunda e pungente do abandono da saúde pública no Brasil. Nesta percepção, as ações da classe

trabalhadora denunciam os abusos e a exploração, contribuindo para o desenvolvimento de novas relações sociais, traduzindo-se em mecanismos de participação e consciência política, permitindo oportunidades de abertura de novos caminhos para a resolução dos problemas em curso.

Uma das características, das formas organizativas dos chamados movimentos sociais populares urbanos (MSPU) diz respeito às suas participações articuladas aos partidos políticos atuantes na sociedade.

Fato esse que gerou muitas discussões entre os seus estudiosos, em linhas gerais, se apresentando da seguinte maneira:

- 1º) Os movimentos sociais populares representam um fato político novo na história político-social brasileira; constituem um avanço na organização das classes populares; devem se desenvolver, automaticamente, sem se vincular a partidos, pois estes são estruturas de representação velhas e insuficientes na sociedade atual.
- 2º) Os movimentos sociais constituem formas importantes de mobilização e organização da população, mas possuem sérias limitações, dadas pelo caráter localista de suas ações. Para seu desenvolvimento eles necessitam se articular aos partidos políticos (ou a outras formas de organizações mais amplas), como a única alternativa capaz de aglutinar e levar as lutas populares a um projeto de transformação social (Gohn, 1985, p. 80-81).

Diante das diferentes posições apresentadas analisamos que cada uma traz uma concepção de partido, do próprio movimento social e, também, de como o movimento pode ser um incentivador do processo de transformação social.

Por sua vez, ao mesmo tempo, é importante lembrar que, a conjuntura política vigente de 1964 até os estertores da década de 1970, oportunizou a união de diversificadas forças políti-

cas oposicionistas, que se amalgamaram em torno da consigna “abaixo a ditadura”!

No campo das lutas populares, muitas vezes, tal oposição convergia para a união das classes trabalhadoras, favorecendo o fortalecimento dos movimentos sociais e das proposições políticas das chamadas forças progressistas e de esquerda como articuladoras de expressões políticas das novas contradições sociais que se avizinhavam para o futuro imediato do país.

Na lógica que impulsiona os interesses do capital, a dominação não se faz apenas com edificação política, jurídica e ideológica do direito de propriedade, da legitimação da exploração do trabalho, para fins de geração do excedente, da mais-valia e do lucro, do controle dos territórios, do solo e das riquezas oferecidas pela natureza e da apropriação privada dos meios de produção.

A dominação concreta pressupõe o controle sobre a cultura e a história, a disseminação da alienação imersa em conjuntos de infinitas mercadorias e a subtração dos trabalhadores do movimento histórico das transformações sociais, procurando envolvê-los nos meandros das inovações técnicas, aprisioná-los na mecânica subsumida e proletarizada da produção.

No Brasil, os movimentos sociais e populares urbanos, os sindicatos, os setores progressistas, da teologia da libertação, as instituições da sociedade civil, os partidos políticos clandestinos e de esquerda serão importantes articuladores da revitalização e do surgimento dos novos personagens sociais e partidos políticos que haveriam de assumir papéis cruciais no processo de redemocratização que havia sido colocado em marcha no cenário nacional.

No bojo da intensa movimentação dos trabalhadores, registrada na segunda metade da década de 1970, o lançamento do movimento pro-Partido dos Trabalhadores transformou-se numa alternativa credível e aglutinadora das forças contestatórias que atuavam na sociedade brasileira.

Ao compor a mesa redonda – Mães da Periferia, a resistência das mulheres na Ditadura Militar, realizada no Auditório Milton Santos, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), no dia 2 de maio de 2018, Ana Dias<sup>2</sup>, organizadora do Clube de Mães e participante ativa dos movimentos sociais e populares na Zona Sul de São Paulo, nos trouxe o seu emocionado depoimento sobre o significado político-pedagógico dessas históricas jornadas de luta:

*Aprendemos muito na rua, debater com outras pessoas, a enfrentar polícia. A gente não ia pra rua de “alegre”, tinha uma coordenação, que passava a informação pros grupos de mulheres, que repassava para a família e o marido, o marido levava pra fábrica, a fábrica levava até o Sindicato, então era um círculo que aumentava e todo mundo enxergava (Ana Dias, 2018).*

Em novembro de 1979, durante a realização da mobilização grevista dos trabalhadores metalúrgicos da cidade de São Paulo, Santo Dias, um dos líderes mais expressivos da oposição sindical desta aviltada categoria, foi brutal e covardemente assassinado pelas forças da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O cortejo fúnebre de Santo Dias trouxe para a Praça da Sé uma multidão de mais de 30 mil pessoas que protestavam contra o assassinato do líder dos trabalhadores, exigia o fim da ditadura, o direito de livre organização política e sindical no país.

---

2. Para ter acesso ao depoimento de Ana Dias, seguir o link: <https://bit.ly/4lzbAzv>. Acesso em: 27 jan. 2019.



Figura 8. Manifestação contra a morte de Santo Dias, na Praça da Sé

Foto: Nair Benedicto.

Fonte: *Jornal A Verdade*.



Figura 9. Manifestação contra a morte de Santo Dias na Praça da Sé

Foto: Ariovaldo dos Santos.

Fonte: *Jornal do Brasil*.

As fotos de Nair Benedicto e Arioaldo dos Santos documentam o enterro de Santo Dias, líder sindical assassinado pela Polícia Militar durante greve dos metalúrgicos. O evento reuniu 30 mil pessoas na Praça da Sé, tornando-se símbolo da resistência à repressão. A imagem da viúva, Ana Dias, no cortejo fúnebre, conecta-se à luta das mulheres por creches, já que muitas ativistas, como ela, articulavam demandas sindicais e comunitárias. A repressão violenta contrasta com a persistência dos movimentos em exigir direitos sociais, incluindo a educação infantil.

O magistral registro fílmico *A luta do povo*<sup>3</sup>, realizado por Renato Tapajós, com o apoio e argumento da Associação Popular de Saúde (APS), no calor da hora dos acontecimentos, com fotografia de Zetas Malzoni, Washington Racy, Aluísio Raulino e Ricardo Stein, pode nos dar uma dimensão aproximada do sofrimento humano produzido por esse macabro episódio e do significado histórico da participação popular e da impetuosidade dos movimentos sociais na luta contra a ditadura civil-militar naqueles tumultuados dias da década de 1970.

---

3. Para ter acesso a íntegra do documentário *A luta do povo*, seguir o link: <https://bit.ly/46j4EBY>. Acesso em: 25 jan. 2019.



**Figura 10. Ana Dias, viúva de Santo Dias, no enterro do operário, em 1979**

Fonte: Agência Estado.

Nas periferias das grandes cidades brasileiras, ao longo da década de 1970, os movimentos sociais e populares, as manifestações em defesa de melhores condições de vida trouxeram a presença da classe trabalhadora para o centro da luta política, inserido na pauta de reivindicações o direito à creche, conferin-

do-lhes sentido e significado histórico próprio no dinamismo eivado de contradições e antagonismos da sociedade burguesa.

O movimento pelas creches se espalhou pelas diferentes regiões e bairros mais ermos da cidade de São Paulo traduzindo a insídia de proletarização das mulheres cada vez mais necessária na constituição da renda familiar da classe trabalhadora.

A articulação dos movimentos em defesa de bens coletivos evidenciava a ausência e a negligência do Estado no atendimento dos anseios populares, tratando as populações periféricas como inimigas e marginais, não reconhecendo a legitimidade dos seus pleitos de melhores condições de vida, de acesso a moradia, aos transportes, as escolas, a energia elétrica, ao abastecimento de água, recolhimento do lixo e o tratamento de esgotos, a regularização dos loteamentos clandestinos, a denominação das ruas e a urbanização das favelas como fadadas ao esquecimento.

Em plena vigência do chamado “milagre econômico”, com a apologia do país grande e a exaltação do regime ditatorial pelos meios de comunicação de massa, os movimentos populares eram discriminados e perseguidos, acentuava-se a concentração de renda e a adoção de políticas excludentes, exigindo-lhes maior capacidade de organização e capacidade de pressionar as autoridades municipais e estaduais, como se registrou, com a realização de manifestações na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), desde 1973, para reivindicar “os direitos da comunidade” e no primeiro semestre de 1976 fizeram ampla manifestação na Alesp, pressionando por escolas: exigiam o cumprimento da lei que garantia o ensino público e gratuito de sete a 14 anos (Brasil Mulher, n. 3, 1976, p. 12 *apud* Scavone, 2011, p. 15).

[...] os movimentos sociais do povo pobre de São Paulo (assim como de outros lugares) implicam basicamente na luta por maior participação. Esta maior participação, almejada no plano econômico e social,

requer, no entanto, como condição prévia, maior participação no plano político porque é neste nível que as transformações de maior alcance têm que ser decididas (Singer, 1980, p. 214).

Neste cenário, a mobilização das mulheres em torno do direito coletivo por creches, procurando superar toda sorte de adversidades, participando de Clubes de Mães, mergulhadas no trabalho doméstico e na necessidade de resolver a guarda dos filhos (Gohn, 1985, p. 109), mas, estabelecendo relações com os setores progressistas da Igreja Católica, com os sindicatos, com os militantes e organizações de esquerda que atuavam contra a ditadura forjaram formas inusitadas e eficazes dos movimentos populares participarem da vida política em curso no país.

# UM BALANÇO DAS LUTAS SOCIAIS E DOS MOVIMENTOS POPULARES NA CIDADE DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1980

Durante a década de 1980, a práxis dos movimentos sociais protagonizados nas periferias de São Paulo que exigiam a ampliação do acesso às creches e à educação básica, pública e gratuita, serão largamente estendidos no questionamento ativo das forças conservadoras do *status quo* e defenderem os seus direitos de usufruto dos bens da cidade.

Sposito (1993), diz que a presença e a organização dessas agitações populares foram registradas com maior intensidade nas regiões sul e leste de São Paulo e, a maioria das reivindicações levantadas estava em torno das questões educativas.

De fato, gradativamente, vamos encontrar formas mais homogêneas de atuação da classe trabalhadora, orientados pelos mesmos padrões urbanos de efetivação da exclusão social num vastíssimo conjunto de vilas e bairros da capital paulista.

Conforme detalhado por Marília Pontes Sposito (1993, p. 153), as vilas e bairros que, então, compunham, cada subdistrito eram essas:

Área I – composta por: Jardim América, Jardim Paulista, Indianópolis, Perdizes, Pinheiros, Cambuci, Vila Madalena.

Área II – composta por: Cerqueira César, Santa Cecília, Aclimação, Bela Vista, Liberdade, Alto da Mooca.

Área III – composta por: Consolação, Vila Mariana, Bom Retiro, Belenzinho, Ipiranga.

Área IV – composta por: Lapa, Barra Funda, Santa Efigênia, Mooça, Pari, Sé, Brás.

Área V – composta por: Ibirapuera, Saúde, Santana, Tatuapé, Butantã.

Área VI – composta por: Casa Verde, Penha, Tucuruvi, Vila Maria, Limão, Vila Formosa, Vila Matilde, Vila Guilherme.

Área VII – composta por: Santo Amaro, Jabaquara, Vila Prudente, Vila Jaguara, Nossa Senhora do Ó, Pirituba, Cangaíba.

Área VIII – composta por: Capela do Socorro, Vila Nova Cachoeirinha, Ermelino Matarazzo, Itaquera, São Miguel (Itaim), Brasilândia, Jaraguá, Guaianases, Parelheiros.

Perto de 30% das reivindicações registradas pela imprensa, entre 1970 e 1985, partiram dos subdistritos de Santo Amaro (VII) e Capela do Socorro (VIII), no extremo sul da cidade; 14% Cangaíba (VII), Ermelino Matarazzo (VIII), Itaim Paulista (VIII) e São Miguel (VIII); 10% de Guaianazes (VIII), Itaquera (VIII), Vila Matilde (VI) e Vila Prudente (VIII); e 10% do norte da cidade, originadas de Pirituba (VII), Jaraguá (VIII), Perus (VIII), Nossa Senhora do Ó e Brasilândia (VIII). Esses lugares reunidos condensam 60% das reivindicações do período registradas pela imprensa (Sposito, 1993, p. 134).

As populações carentes desses subdistritos reivindicavam a abertura de vagas e também de equipamentos educacionais, creches e escolas, que iam desde a educação infantil à secundária. Eram reivindicadas 1.621 vagas, sendo que 66% dessas solicitações estavam para as regiões VII e VIII, com observação para os subdistritos de para Santo Amaro e Capela do Socorro que, juntos somavam 30% do total de bairros que lutavam para a conquista de novas unidades educacionais ou para a melhoria das unidades existentes.

No que concerne as nossas preocupações ulteriores, de maior atenção, ao ensino infantil, o Estado recebeu a maior pressão pelo atendimento para as demandas em torno de expansão da rede, inclusive, por aqueles dias, “cerca de 47% dos encaminhamentos referem-se a construções escolares, de unidades de primeiro e segundo grau ou pré-escola” (Sposito, 1993, p. 135).

Algumas das solicitações estavam em sintonia com a universalização do ensino primário, como também para a construção de novos prédios escolares. Ao mesmo tempo, vamos encontrar preocupações com a qualidade da educação, pois, com a precariedade e a falta de espaços educativos próprios para atender a crônica pendência de escolas públicas nas regiões periféricas da cidade, o processo de ensino e aprendizagem era ainda mais prejudicado.

Muitos artífices dos movimentos populares em defesa da ampliação do acesso à escolarização pública partiam do princípio de que, com estruturas próprias e adequadas para o atendimento das crianças e jovens em idade escolar, a melhoria na educação aconteceria, pois, entre outras coisas, seria possível almejar nesse novo ambiente, laboratórios, bibliotecas, quadras e equipamentos para a prática de esportes, etc.

As formas organizativas e de encaminhamento das reivindicações pela melhoria e qualidade do ensino são substancialmente significativas nesse período e, essas exigências, também eram para o enfrentamento de problemas estruturais, como é o caso do incremento de políticas educacionais de atendimento de acesso e permanência, abertura de classes às crianças excepcionais<sup>4</sup>, que não conseguiam passar da primeira série do, então, chamado Ensino Primário.

---

4. Termo utilizado nas décadas de 1950, 1960 e 1970 para designar pessoas com algum tipo de deficiência ou demência. No que se refere ao campo educacional, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, a terminologia correta é muito importante, para isso, a partir de 1980, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começou-se a falar pela primeira vez em pessoas com deficiências. No caso educacional, pessoa com deficiência e necessidades educativas; desvios mentais,

Para termos a ideia do descaso das autoridades públicas com essas questões, os registros desses acontecimentos mostram que “nos órgãos públicos atingiram 30% das reivindicações e na imprensa cerca de 60% dos encaminhamentos” (Sposito, 1993, p. 139).

Ano	Encaminhamentos	Reivindicação Emei	%
1983	112	65	58
1984	190	78	41
1985	188	97	51
Total	490	240	49

**Tabela 1. Número de reivindicações por Educação Infantil – SME – entre os anos de 1983 a 1985**

Fonte: Sposito (1993, p. 147).

O número de reivindicações para a pré-escola aparece nos encaminhamentos dirigidos ao Poder Municipal, entre os anos de 1983 e 1985, com uma contagem de 51%.

Esses números representam um problema recorrente desde governos anteriores. Nesse momento, estabeleceu-se a divisão de funções, que designava principalmente a responsabilidade pela expansão e oferta da educação infantil à Prefeitura, e a expansão do ensino de primeiro grau ao Poder Estadual. A gestão do Governo Mário Covas, por sua vez, havia dado preferência à criação de unidades de ensino supletivo de Primeiro e Segundo Graus.

Nos fins da década de 1970, foi registrada uma série de conflitos entre os trabalhadores da Prefeitura Municipal de São Paulo e as autoridades governamentais, entre outras coisas, trazendo para o bojo de suas reivindicações as propostas da instalação de creches públicas, gratuitas e diretas, com isto

---

deficiências sensoriais, desordens do comportamento, deficiências múltiplas e graves. Veja mais em: Sasaki, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

se somavam aos movimentos das mulheres e pleiteavam os direitos das crianças no estabelecimento de uma política voltada para a educação infantil de caráter público e perene.

Neste interim, o movimento em defesa das creches conveniadas (MCC) pressionava o poder público para que o Estado financiasse a instalação e o desenvolvimento das atividades regulares das creches, porém, com o seu controle e a sua gestão mantida pelos interesses privados e particulares das entidades que controlavam estes estabelecimentos.

Mesmo com a chegada ao governo paulistano de Mário Covas, em 1983, pretensamente, de características sociais democratas, a Secretaria Municipal da Educação (SME) resistiu a proposta de assumir as creches no interior desta pasta e, gradativamente, transformá-las em centros de educação infantil (CEI).

Ironicamente, as pressões dos movimentos sociais e das entidades representativas do funcionalismo público municipal, somente surtiram efeito na gestão do prefeito Jânio Quadros, em 1986, que, por meio do Decreto n. 21.862/1986, transferiu as creches para a educação, conforme aparece registrado no portal do Sindicato dos Educadores da Infância no Município de São Paulo (Sedin): “Ainda no governo Jânio, conseguimos em menos de um mês, através de um decreto do secretário Paulo Zing, termos as creches transferidas para a educação”.

Devido à grande mobilização ocorrida nessa década pela expansão do ensino de primeiro e segundo grau, é que a luta por educação infantil e por creche se tornou uma batalha diária, de grandes enfrentamentos com governos, existia a necessidade de reconhecimento dessa etapa da educação, ampliação dos equipamentos para atendimento da demanda e o reconhecimento profissional da categoria como educadoras e educadores da infância.

Claudete Alves, presidenta do Sindicato dos Educadores da Infância no Município de São Paulo (Sedin), em depoimento que nos foi concedido, trouxe um pouco de sua experiência

como professora na educação infantil, e também, sobre a sua atuação no Movimento de Luta por Creche.

*Então, essa questão da educação, desde muito jovem eu estou envolvida, porque eu participei de alguns movimentos de lutas por creches públicas na cidade de São Paulo, final da década de 1970, início da década de 1980 e foi por conta dessa participação que eu terminei indo trabalhar como pajem, era pajem nessa época, lá em um conjunto habitacional em Itaquera (Alves, entrevista, 2019).*

A entrevistada nos falou sobre as dificuldades de ser professora da infância na década de 1980 na cidade de São Paulo. A creche não era vista como espaço de aprendizagem para a primeira infância e, sim, um lugar para as famílias proletarianizadas e empobrecidas materialmente deixarem seus filhos enquanto vendiam sua força de trabalho.

Por essa razão, a atuação das professoras era crivada de preconceitos, de ideias e opiniões velhacas, recebiam a denominação de “pajem” e não eram consideradas, formal e institucionalmente, educadoras, nem tinham a sua importância reconhecida na urdidura da dinâmica social.

*O “pajem” era uma denominação preconceituosa, que como as autoridades não viam esse atendimento como educação. Paulo Freire na época já dizia, na publicação, “Professora sim, Tia não”, bem lá da década de 1980, ele já enfatizava isso, mas como era política pra mulheres pobres, um lugar para as mulheres deixarem seus filhos para trabalharem, então pouco importava com o perfil desse profissional, era uma reprodução da roda dos excluídos, mas feita de uma política pública mais ampliada, então a gente já entra com o objetivo de mudar isso, eu fazia parte de um grupo de militantes, Cristina Westphild, Mirian Tronolloni, que eram assistentes sociais mas que já tinham essa compreensão, de*

*que profissional tinha que ser esse, qual era o movimento, então assim, a briga para sair daquela questão doméstica, do maternal, de ser só um direito da mulher trabalhadora, mas esse atendimento ser um atendimento educacional às crianças brasileiras independente de sua condição social foi algo que já norteava as nossas militâncias, desde então* (Alves, entrevista, 2019).

Para uma melhor compreensão desse período recorremos a Sposito (1993), que faz uma análise do quadro político da época, apresentando uma nova configuração desde as eleições estaduais de 1982, que marcaram uma significativa vitória dos candidatos oposicionistas, prenunciavam o início da decadência dos governantes e dos parlamentares vinculados a Aliança Renovadora Nacional (Arena), dos apoiadores e adeptos do regime autoritário.

A vitória dos candidatos vinculados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) expressava uma esperança de mudanças, traduzidas no grande número de votos que recebeu, como, ainda, na expressiva votação e vitórias obtidas pelos candidatos dos demais agrupamentos da oposição entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas, houve manifestações de inconformismo despolitizado por aqueles que optaram pela candidatura derrotada de Jânio Quadros ao governo do Estado de São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No Estado de São Paulo, pelo menos, desde a vitória de André Franco Montoro, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), se aprofundaram as diferenças que caracterizavam os múltiplos agrupamentos que constituíam a legenda, caminhando para uma série de rupturas com alguns dos seus membros autodenominados de *autênticos*.

Com uma possível mudança na configuração política no país, mormente, em São Paulo, “o governo Montoro deveria realizar o prometido trinômio de sua campanha eleitoral: par-

ticipação, descentralização e geração de empregos” (Sposito, 1993, p. 108).

Durante o primeiro semestre de 1983, o governador ao assumir a administração do Estado, logo encontrou um amplo movimento dos desempregados, com a efetivação de saques permanentes em diversos pontos da cidade, fatos decorrentes em grande parte pela crise econômica que atingia com virulência os trabalhadores e produziam altos níveis de desemprego.

Não bastasse isso, o governo tinha uma herança de endividamento desde a gestão anterior, de Paulo Maluf, num cenário de agravamento da crise econômica, que trouxe a retração da receita estatal e deixou como consequência o descompromisso com o atendimento das reivindicações populares.

Em meio a esses acontecimentos, os compromissos com a participação popular na gestão governamental não serão encarados como prioridade ou mesmo descaracterizados, algo que ficou emblematicamente representado com a prerrogativa do governador Montoro manter a indicação de Mário Covas para prefeito da capital sem adotar quaisquer mecanismos de consulta popular.

Os reflexos de uma gestão sem participação das massas ocasionaram os primeiros embates grevistas com diferentes categorias do funcionalismo público, demonstrando a impossibilidade de comunicação e a busca de entendimento com os representantes dos movimentos reivindicatórios.

# **RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS GOVERNANTES PAULISTANOS**

No plano da municipalidade paulistana, a gestão de Mário Covas voltou-se para os problemas da periferia, por meio de uma política de conciliação do MDB, utilizando-se de recursos financeiros disponíveis, que eram insuficientes mediante os problemas urbanos apresentados, e ainda, submetidos aos cortes orçamentários decorrentes da recessão que se instaurara no país desde 1980 (Sposito, 1993, p. 109).

Nesse contexto de prejuízos e insatisfações, os movimentos populares passam a viver uma conjuntura complexa, que incluía divergências políticas e disputas de hegemonias junto à base e seus grupos e, mesmo, deslocamentos e a cooptação de quadros para o interior da máquina administrativa que se verificava com a chegada da oposição no poder municipal.

Nesse âmbito de crescentes divergências políticas, tratava-se de analisar uma possível democratização da educação pública paulistana, de melhoria das suas estruturas físicas e capacitação dos seus profissionais expressa na presença de importantes intelectuais da área educacional presentes na gestão emedebista à frente do poder municipal, na qual, “ora concretizada em algumas medidas, ora consubstanciada em mero jogo de palavras sem significado substantivo – as demandas por educação pública ocorrem nesse período” (Sposito, 1993, p. 110).

Porém, as práticas clientelistas de outrora não haviam sido superadas, com a seletividade de algumas Sociedades Amigos de Bairros (Sabs) no encaminhamento ao gabinete municipal das reivindicações da população suburbana.

As solicitações, nesse momento, passaram a ser em torno da universalização do acesso ao ensino de primeiro grau, com exigências de prédios definitivos e não mais em torno de classes emergenciais e o uso de prédios deteriorados e não adequados às práxis educativas.

Como tentativa de uma resposta às incontáveis pendências na esfera da educação pública, as autoridades do Estado e do Município se utilizaram do subterfúgio da diminuição de horas ociosas das unidades existentes mediante o aumento de períodos e, também, com a oferta dos cursos noturnos que na ocasião era uma das exigências da população, porém, no que tange a capital paulista, até o momento tinham sido recusadas pela própria Secretaria Municipal de Educação (SME).

Para o atendimento da demanda escolar, surgiu um terceiro turno diário nas pré-escolas, era uma espécie de solução paliativa e imediata para os compromissos assumidos com a expansão da rede de atendimento da escolarização da infância.

Divergências ocorreram sobre essa decisão, tanto por parte do corpo de professores, quanto pelas associações de classe, mas, era o que o governo poderia oferecer diante das crescentes pressões populares que rondavam o dia a dia do governo municipal e exigiam soluções definitivas destes problemas com a construção de novos equipamentos de ensino para o atendimento dos estudantes de primeiro grau e da educação infantil.

De fato, entre os anos de 1983 a 1985, esse foi um assunto recorrente no gabinete do prefeito, com um número significativo de encaminhamentos registrados, sendo que do seu total “40% referem-se ao crescimento da pré-escola” (Sposito, 1993, p. 111).

Em uma análise correspondente à gestão de Mário Covas (1983-1985), fruto da intensa mobilização popular, a cidade de São Paulo teve um significativo número de aumento de creches, “tendo sido colocadas em funcionamento 113 equipamentos da rede direta, 24 indireta e 77 conveniada” (Panizollo, 2017, p. 11).



# **ADVERSIDADES SOCIAIS E AS LUTAS POR CRECHES NA CIDADE DE SÃO PAULO**

A coação muda das relações econômicas (Marx, 2013) e a forma pela qual o capitalismo se desenvolveu no Brasil trouxe uma dinâmica de acirramento das suas contradições internas produzindo consequências desastrosas nas relações sociais e a exigência de que os trabalhadores teriam que procurar alternativas, pois, a luta em busca de uma vida digna e feliz estava longe de ser perdida.

Éder Sader (1988), em *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*, nos oferece uma obra seminal para a compreensão da importância histórica dos movimentos sociais e a sua constituição enquanto sujeito coletivo no interior da práxis política e social, embora não desprezando, o papel das organizações vinculadas as igrejas, aos sindicatos, aos partidos políticos e organizações de esquerda constituíram-se de forma autônoma num cenário de crescente crise das instituições estatais que se mostravam desprovidas de representatividade e incapazes de atender as reivindicações que emanavam dos movimentos sociais e populares.

As experiências populares resgatadas e analisadas por Sader demonstram o desenvolvimento de inúmeras práticas de politização existentes nos bairros periféricos pensados não apenas como o espaço do processo de reprodução da força de trabalho, mas, como o espaço social para o entendimento de como os trabalhadores procuravam se organizar dando sentido e significado para a realidade na qual estavam imersos tornando-se sujeitos sociais e políticos conscientes e

ativos na elaboração de suas consignas políticas e reivindicações que diziam respeito aos seus interesses imediatos.

Por aqueles dias, a exploração e a aviltante condição da classe trabalhadora não era suficiente para satisfazer a expectativa de lucro dos donos do capital, as duas fotografias de Juca Martins que reproduzimos a seguir, registram de maneira crua e sem retoques a condição de opressão à que estavam submetidas as crianças que viviam nas periferias das cidades brasileiras, traduzem com maestria que estávamos muito longe de alcançar a universalização da educação escolar, com a infância e a juventude abandonadas à própria sorte, desprovidas de quaisquer assistência cultural, vivendo em habitações lúgubres, localidades sem o abastecimento de água potável, a instalação de sistemas de captação e tratamento de esgotos, com o transporte público precário ou mesmo inexistente, sujeitos a criminalidade e a violência urbana, e os serviços de saúde pública mostrando-se como uma quimera em suas vidas.



**Figura 11. Crianças na Favela Heliópolis, na cidade de São Paulo, em 1980**

Foto Juca Martins.

As fotografias de Juca Martins expõem a realidade das periferias: crianças brincando em meio à ausência de infraestrutura e famílias dependendo de caminhões-pipa para água. Tais condições, agravadas pela negligência estatal, justificavam as reivindicações por creches como espaços não apenas educativos, mas de sobrevivência. A imagem das crianças na favela Heliópolis ilustra como a falta de políticas públicas perpetua ciclos de pobreza, reforçando a urgência de equipamentos que integravam o cuidado e a educação.



**Figura 12. Abastecimento de água na favela, 1980**

Foto de Juca Martins.

Fonte e direitos autorais: Olhar Imagem.

A organização molecular e a mobilização das mulheres reivindicando a instalação de creches nos bairros periféricos paulistanos, a criação de grupos de Mães, o envolvimento controverso com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e as pastorais operárias da Igreja Católica, o afastamento do clientelismo e o acelerado processo de proletarização que lhes atingia, enredando-as em longas jornadas de trabalho, como

empregadas domésticas ou costureiras à mercê de empresas do ramo têxtil que não lhes garantiam nenhuma seguridade social, fizeram germinar o prenúncio de sua consciência de classe e forjaram o seu ingresso nas lutas política e social daquele conturbado período histórico.

Este percurso da tomada da consciência e da importância da participação política das mulheres foi registrado no boletim da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP).

O momento que vivemos tem se caracterizado pela luta das classes trabalhadoras em defesa de seus direitos [...] porque queremos conduzir a construção de nossa realidade [...]. Hoje, operários, profissionais liberais, funcionários públicos e intelectuais se unem contra a política do arrocho [...] ela se fez representar [...] no Comando Geral de Greve do Funcionalismo Municipal [...] o trabalho da mulher, especificamente, é ainda mais explorado, porque sempre recebe menores salários por seu trabalho [...]. No Brasil, as mulheres já iniciaram esta luta [...] acrescentando suas reivindicações específicas: salários iguais, creches, respeito a sua condição de mulher [...] (APASSP, 1979).

A década de 1980 foi, igualmente, o cenário de desafios e adversidades para o Movimento de Luta por Creches em São Paulo. Durante a gestão de Jânio Quadros (1986-1988), foi extinta a Secretaria da Família e do Bem Estar Social (Fabes), que era responsável pela manutenção das creches, sendo que suas atividades foram realocadas no âmbito da Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes), designada a cuidar das creches e de outros serviços sociais, inclusive, com entidades privadas preocupadas com o atendimento da infância, estabelecendo “inicialmente 13 convênios com entidades sociais que mantinham essas instituições” (Godoi, 2015, p. 19).

Em meio a esses acontecimentos, o Movimento de Luta por Creches não se dava por satisfeito e pressionava o município para a construção da rede de creches plenamente sustentada pelos recursos públicos, estabelecendo também a participação da sociedade, desde a escolha do corpo de funcionários até a orientação pedagógica.

As creches, já usufruíam de estrutura que determinava diretrizes gerais para o funcionamento, tais como, programação do quadro de pessoal, sistematização e projeto arquitetônico. Nesta época, o que vigorava no interior da Fabes eram propostas educativas que seguiam uma linha compensatória preocupadas com a guarda e o cuidado das crianças atendidas. Porém, na medida em que essas instituições cresciam no município, propagavam-se indagações sobre as práticas, buscando novos modelos.

Os responsáveis pela Fabes, entre 1982 e 1985, traziam para o debate público e revelavam uma preocupação com a concepção de creche, publicando um documento intitulado “Proposta de Reprogramação de Creches”. Em linhas, gerais, esse documento procurava contemplar a fundamentação de uma concepção de creche como equipamento social e espaço de convivência e de desenvolvimento do processo educativo, compreendendo suas dimensões, social, pedagógica e política, “o que sinaliza uma preocupação com a questão educacional” (Godoi, 2015, p. 19).

A análise do crescimento do número de creches na capital, desde a mobilização do Movimento de Luta por Creches, mostra que o mesmo foi se compondo de vários setores da sociedade como: grupos feministas, organizações de bairro, intelectuais e foram influenciados pela capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores com a erupção das grandes greves no fim dos anos de 1970.

A urdidura e o desenvolvimento deste movimento possibilitaram alcançar resultados positivos para as reivindicações em torno de questões como a edificação de mais espaços que

pudessem atender os filhos dos trabalhadores e, conseqüentemente, trouxessem a criação de novas unidades de atendimento para a educação infantil.

Estudiosas desta questão, como é o caso de Fúlvia Rosemberg, Maria M. Malta Campos e Lenira Haddad (1991), em suas pesquisas sobre “a rede de creches no Município de São Paulo”, comentam que, após anos de 1978 e 1979, passou a vigorar uma série de artefatos legislativos para a obrigação de órgãos e empresas estaduais a manterem Centros de Convivência Infantil (CCIs), para atendimentos dos filhos dos funcionários, até completarem a idade de 6 anos.

Com a expansão da rede e da contração de pessoas especializadas para o atendimento em unidades de creches, exigia-se pensar na formação dos profissionais que lidavam diretamente com as crianças, a escolaridade exigida até o momento era que, possuísem a 4ª série do ensino primário. Ainda na Gestão de Covas, os professores reivindicavam a nomenclatura de professores de educação infantil e que, esse importante momento da escolarização da criança, fosse incluído como a primeira etapa da Educação Básica.

Dessa maneira, estendia-se um longo debate sobre a atividade de pajem e da função social da creche, era preciso uma melhor definição do trabalho desses educadores e educadoras. Essa discussão permanece no governo de Jânio Quadros, sendo a função de pajem eliminada, dando lugar para o Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) instituído pela Lei n. 10.430<sup>5</sup>, que reorganizou os quadros de pessoal da administração pública municipal e do Tribunal de Contas do Município.

---

5. A Lei n. 10.430, de 29 de fevereiro de 1988, dispõe sobre a reorganização dos Quadros de Pessoal da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, reenquadra cargos e funções, reordena os Grupos estabelecidos pela Lei n. 8.183, de 20 de dezembro de 1974, e n. 9.167, de 3 de dezembro de 1989, cria novas Escalas de Vencimentos e institui diretrizes básicas na área de administração de pessoal.

Após 1983, podemos constatar a expansão do número de creches e atendimentos, com base nos relatórios feitos pelos técnicos da própria Sebes ou por pesquisadores externos. Esse período já se caracterizava como sendo da chamada “transição democrática”, em que a organização popular apresentava diferentes configurações, marcando a história recente das creches na cidade, inclusive, no relacionamento com os diferentes governos, ainda nomeado, de Reynaldo de Barros, do Partido Democrático Social (PDS) (1978-1982); Mário Covas, do PMDB (1982-1985); e os eleitos, de Jânio Quadros (1986-1988) e da petista Luiza Erundina, a partir de 1989 (Rosemberg; Campos; Haddad, 1991).

Sobre os números pertinentes à instalação de creches, é importante ressaltar que alguns equipamentos, iniciada a construção na gestão de Reynaldo de Barros foram terminados na administração de Mário Covas, sendo que, tanto a gestão de Mário Covas, quanto a de Jânio Quadros receberam mandatos de 3 anos à frente da prefeitura.

Percebe-se, também, uma aceleração de subsistemas de creches diretas no governo de Reynaldo de Barros, o que respondia as reivindicações do Movimento de Luta por Creches. O período que diz respeito a gestão de Mário Covas observa-se um maior número de crescimento de creches indiretas, sendo 18% desses equipamentos repassados às instituições privadas.

Por sua vez, a governo de Jânio Quadros, apresentou um número crescente de creches do setor conveniado, sendo 22 equipamentos, dos 35 colocados em funcionamento.

A consideração mais geral que fazemos sobre este período é de que os movimentos pela expansão, acesso e a qualidade da educação pública em São Paulo é um componente importante das lutas sociais, de raízes muito remotas, profundas, de constantes enfrentamentos com as forças do *establishment* político, econômi-

co e social, bem como com os poderes estabelecidos, administração municipal e estadual presentes na capital paulista.

A luta especificamente por creches e por educação infantil, iniciada em meados da industrialização paulistana ganha corpo e movimento específico na década de 1970, com o Movimento de Luta por Creches, movimento esse que se fortaleceu ao longo dos anos 1980, com reivindicações de expansão do número de unidades, questionamentos da carência de vagas e qualidade no atendimento à infância, crônica e precocemente, proletarizada no Brasil.

No sentido de lutas mais amplas, cabe ressaltar que, os Movimentos Populares Urbanos (MPU), em defesa da educação pública introduziram novas práticas coletivas trazendo, para o campo da educação, dinâmicas inusitadas de organização, do encaminhamento das reivindicações e da participação popular, incorporando diferenciados seguimentos da sociedade no embate das políticas educacionais, até então, sem quaisquer visibilidades, com suas vozes por muito tempo caladas e oprimidas e que emergiam na forma de protestos no interior da vida social.

# **OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A partir de 1988, a Constituição define a existência da creche e da pré-escola como um dever do Estado em garantir e oferecer esse e direito a todas as famílias brasileiras. Logo depois, já na década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirma os direitos constitucionais para a Educação Infantil. Na mesma década, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), estabelece metas como a expansão de vagas e de políticas de melhorias voltadas à qualidade no atendimento às crianças preconizadas no documento Política Nacional de Educação Infantil que, também, trouxe a necessidade de qualificação profissional para os profissionais que atuavam nessa etapa de educação.



**Figura 13. Manifestação pelos direitos da infância e da juventude nos anos 1980**

Fonte: Oficina de Imagens/Reprodução.

Registrada pela Oficina de Imagens, a foto sintetiza a mobilização que antecedeu o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). No contexto da redemocratização, movimentos pressionaram para que a educação infantil fosse reconhecida como direito constitucional (1988). A imagem reflete a transição de uma visão assistencialista das creches para uma perspectiva educacional, consolidada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Com a promulgação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta em seu artigo 62, a necessidade de formação adequada para todos os profissionais que atuavam como educadores da Educação Infantil.

Em linhas gerais, o texto da lei prescreve que a formação do educador desse seguimento

far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 2018 p. 43).

Esse importante documento na orientação e nos rumos da educação brasileira, enfatiza, também, a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de Educação Infantil, contando com assistência técnica e financeira dos estados e da União. No que diz respeito, a Educação Infantil, ganha uma maior dimensão e integra a primeira etapa da Educação Básica e em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI).

A Educação Infantil, para atender essa demanda, necessitou alterar suas práticas pedagógicas. Não havia mais espaço para quem ainda enxergava a creche como um lugar onde só se cuidava de criança, como uma instituição essencialmente assistencialista. Foi quando na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 a 1992), “foi aberto um processo de discussão e reflexão sobre as práticas assistenciais e educativas da rede de creches” (Panizzolo, 2015, p. 12).

Como resultado desse debate foi publicado o documento Política de creches da Secretaria Municipal de Bem Estar Social (Sebes), o qual apresentava uma proposta pedagógica para o atendimento às crianças, valorizando o cuidar e o educar.

Sobre esses advenços, a Constituição de 1988, a conquista da LDB e a inserção da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, também, vamos encontrar, o *Movimento de Luta por Creches* e o movimento sindical que representava a categoria dos profissionais da educação infantil mobilizados em defesa dessas lutas e, das lutas gerais como a abertura de

concursos públicos e de formação profissional adequada custeada pela administração, como requisitos necessários a atender as novas exigências.

Esses momentos são lembrados por Claude Alves, uma das fundadoras do Sedin e precursora do movimento sindical em defesa da educação infantil na década de 1980.

*A educação propriamente dita, com direito a organização sindical fundou o Sindicato dos Professores Municipais dos profissionais em educação na cidade de São Paulo (Sinpeem) e os funcionários da Saúde e Bem Estar Social (SBES) que estavam subordinados as creches e de regionais, fundaram o Sindicato dos Especialistas do Ensino Público de São Paulo (Sinesp), e eu fui eleita por duas vezes , uma conjuntura extremamente difícil, uma eleição que parecia eleição de cidades de médio porte do interior paulista. Bom, presidi, mas sempre acompanhando muito atentamente a luta da educação, e aí, eu participei do movimento que precedeu a LDB de 96, foram muitas idas para Brasília com vários educadores [...] (Alves, entrevista, 2019).*

E, ainda, com a busca de valorização pela carreira do magistério buscava-se, igualmente, o reconhecimento do profissional que atuava na educação infantil, primeiro que fossem reconhecidos como educadores e educadoras dessa etapa da educação.

*A nossa luta de décadas foi para considerar a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e, nós conseguimos colocar na LDB de 1996 que esse profissional tinha que ter pelo menos o Magistério e, o Magistério habilita o professor a lecionar de 0 ao 5º ano, e teve modificações, as legislações mudaram, então hoje, porque a creche ficava de 0 à 7 anos, depois essa criança de 6 anos foi para o fundamental, então a Educação Infantil é de 0 à 5 anos 11 meses*

*e 29 dias e, a gente fala que é a primeira etapa da Educação Básica (Alves, entrevista, 2019).*

A professora Antônia Ednalva, mais conhecida como Nalva, que atua na educação infantil há mais de 20 anos, militante nas lutas políticas, sociais e educacionais, com passagens pela educação cearense e, em cidades da Grande São Paulo, como Embu das Artes, também vivenciou algumas dessas transformações, em seus 11 anos de atuação na capital paulista, nos ofereceu o seguinte comentário sobre essas mudanças:

*Já era CEI na década de [19]90, não era mais creche, não chamava mais creche. Isso foi um avanço enorme na educação em São Paulo, porque ela serviu pra exemplo para o Brasil, porque eu ando no interior de São Paulo, eu sou cearense e ainda há muitas escolas da educação infantil, a educação infantil é ainda considerada creche, em muitos municípios, então ela foi modelo, exemplo para o Brasil inteiro, muitos municípios, muitos estados, até mudaram a identificação, porque você ser da assistência social e ser da educação, a mudança é enorme e as ideologias também, porque na assistente social você é o assistente do aluno, que cuida, na educacional, você é o professor, o profissional, como diz Paulo Freire, “você é o educador” e isso eu coloco como uma conquista para o estado de São Paulo (Oliveira do Ó, entrevista, 2019).*

Nesse intrépido e incansável caminhar, em busca de direitos e conquistas, consideradas significativas e de grande valia para esses personagens que protagonizaram ações e ajudaram a construir a história da educação infantil em São Paulo, podem, ainda, serem enumeradas algumas vitórias para os trabalhadores da educação que já atuavam ou que almejavam exercer o seu ofício com maior segurança e direitos trabalhistas assegurados pela administração pública municipal de São Paulo.



# **A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E POR CRECHES NO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DE LUIZA ERUNDINA**

A gestão democrática e popular da prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT), organizou e realizou o primeiro concurso público para os cargos de pedagogo, de auxiliar de desenvolvimento infantil, de auxiliar de cozinha, de cozinheira, de vigia, de zelador e, por fim, de auxiliares de enfermagem para as creches diretas. Sendo criado, ainda, um número de 317 novos equipamentos educacionais, compondo um total de 317 creches da rede direta com capacidade para atender 33.225 crianças, medidas que haveriam de se constituir como sendo das mais importantes da história da educação pública paulistana.

Com a Promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988, consagra-se um avanço para a regulamentação do direito à creche nas relações de trabalho. Campos, Rosemberg e Ferreira (2006), observam que esse avanço foi fruto dos direitos conquistados por meio das lutas sociais protagonizadas pelas categorias de trabalhadores, através dos distintos movimentos sociais urbanos, dos sindicatos, federações e confederações.

Como resultado da luta de muitas décadas pela consagração constitucional da creche como instituição educativa e, ainda, logo depois, com a efetivação do Estatuto da Criança e

do Adolescente (ECA), Lei Federal n. 8.069/1990 e pela Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), houve uma crescente adoção de políticas voltadas à educação da infância de 0 a 6 anos, incluindo as crianças como sujeitas de direitos e prioridade das políticas públicas integradas.

Para tanto, havia a necessidade da efetivação de mudanças estruturais, de superação de barreiras impostas até o momento, entre elas, instaurar o debate público sobre a importância de se criar mecanismos de formação de professores especializados no atendimento da educação infantil, trazendo à tona novas concepções de criança e diversificadas formas de exercer o trabalho educativo nessa fase inicial da vida das pessoas, como também, desvincular as creches do setor da Assistência Social propondo uma integração entre creche e pré-escola valorizando o desenvolvimento integral da criança.

O artigo 89 da LDBEN instituía que as creches e pré-escolas deveriam, no prazo de três anos, a contar do momento da promulgação da lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino, saindo da Secretaria de Assistência Social (SAS) para a Secretaria Municipal de Educação (SME).

Nessa perspectiva, o desafio dizia respeito à organização da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo, as crianças de 0 a 3 anos em creches e as de 4 a 6 anos em escolas de Educação Infantil, sendo que estas duas redes concebiam a carreira do magistério de maneiras distintas, e ainda, duas redes e secretarias diferentes para o atendimento, bem como um prazo para que as creches pudessem integrar-se aos sistemas municipais de ensino.

Mais precisamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN), em sua Seção II da Educação Infantil, estabelece em seu artigo 29 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade [...] para cada seguimento da educação, sendo a educação infantil oferecida em “I – creches, ou entidade equivalentes, para crianças de três anos de idade; II – pré escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) de idade” (Brasil, 2018, p. 22).

O grande desafio que essa lei impunha, foi vencer a dualidade entre os níveis de 0 a 3 anos e a educação de 4 a 6 anos. A educação para a primeira etapa exigia espaços próprios e ações que, integrassem o desenvolvimento individual, sociocultural, com atividades que priorizassem essas interações, por meio de atividades que incluíssem jogos e o direito ao brincar, articulação entre as famílias e as equipes de trabalho.

Já a educação de 4 a 6 anos implicava, acima de tudo, garantir a realização de atividades lúdicas, artísticas, desenvolvimento e socialização das crianças, proporcionando a formação da identidade e a convivência em grupo, incluindo ainda atividades escolarizadas que pudessem integrar a próxima etapa de educação, o Ensino Fundamental. Nesse sentido, era preciso almejar políticas educacionais que integrasse essas etapas da educação humana, para que fosse possível pensar uma educação sem fragmentação entre à Educação Infantil de 0 a 6 anos.

Para tanto, como vimos anteriormente, o debate sobre a formação dos profissionais em educação fazia-se necessário e, o ponto de partida foi a organização de políticas para a formação dos educadores, o que exigia desses profissionais buscar embasamento teórico que pudessem sustentar à prática docente, com discussões sobre a infância e concepção de criança, sobre a educação infantil pública e seus espaços de atendimento, o cuidar e o educar

em sua sociabilidade, além de questões que pudessem ampliar o entendimento da atuação dos profissionais junto às creches.

Com as novas exigências, os cursos de formação para os docentes de Educação Infantil em níveis médio e superior foram obrigados a adaptar-se para atender as necessidades de qualificação dos profissionais que se dedicavam ao trabalho como docentes. Assim sendo, a medida tomada foi à instituição de diretrizes que pudessem nortear as modalidades de educação, como o Parecer CEB n. 1/99, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para a formação de professores na modalidade Normal em Nível Médio e concernente a essa tomada de decisão, a Resolução CEB n. 02/99, de 19 de abril de 1999, para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) indicando a formação de docentes de Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade normal.

Sobre a necessidade de formação e de uma permanente necessidade de ampliação dos fundamentos e dos conhecimentos teóricos que pudessem ajudar a desenvolver o trabalho com a educação infantil, Claudete Alves nos trouxe a seguinte reflexão:

*Quando começa a ter as primeiras creches públicas na cidade de São Paulo eu pertencia a um grupo que, primeiro, nós entendíamos que tínhamos que ter uma formação, que era educação, não era só aquilo que os governantes queriam para atender, eu nem digo a mão de obra trabalhadora e sim os patrões, porque as mulheres ficavam muito mais horas em seus locais de trabalho, então era algo para facilitar também a vida, a exploração, e aí, ela era vista como atendimento social, de cuidados, como se a educação não cuida eternamente, só o fato de você mediar os conhecimentos você está cuidando, mas digo assim, aqueles cuidados mais básicos, de higiene, alimentação, da guarda, como é visto aí em outros países, e nós descordávamos disso, a gente achava que era isso, mas que a educação acompanhava, não estava de-*

*sassociada, então nós já entramos, na época eu já tinha formação em magistério e eu me sujeitei a ir trabalhar com Pajem, na época para as creches na cidade de São Paulo exigia apenas que a mulher soubesse ler e escrever, para você ver que a exigência profissional era zero, e a gente já entrou com esse conformismo, então a partir de minha entrada eu já não parei, tanto é que com 15 dias numa creche eu já fui participar de uma grande greve, e aí, a consciência ela foi afunilando no entendimento de que estava no local errado, que nós tínhamos que desenvolver luta, que a gente precisaria ter profissionais com essas criança formados em Magistério, ou seja, que compreendesse o desenvolvimento da criança pequena, de bebês e crianças, e para isso, claro, você tinha que ter um profissional que detivesse esse conhecimento, então teria que ter lido Piaget, Vygotsky, Wallon, que entendesse o desenvolvimento, porque a figura dele era de mediar todo esse processo, então como você mediar sem conhecer? Então isso, baseou toda a nossa atuação nesse período todo (Alves, entrevista, 2019).*

De certo, o grande avanço da LDBEN de 1996, no que diz respeito ao desenvolvimento da Educação Infantil, foi concebê-la como primeira etapa da Educação Básica, institucionalizando o convívio desta com as outras etapas da educação. Podemos dizer que, essas conquistas muito se deram motivadas pelas lutas desenvolvidas e mantidas por movimentos sociais diversos aqui já percorridos, com toda a importância para os movimentos próprios dos trabalhadores da educação, com suas representatividades por meio dos sindicatos e associações que lutaram e lutam permanentemente pelos direitos das crianças pequenas na cotidianidade da sociedade brasileira.



# **MEDIDAS ANTIPOPULARES E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PRIVATIZANTES PELOS GOVERNOS PAULISTANOS**

A década de 1990 apresentou um panorama de retrocessos, principalmente, no que diz respeito a gestão de Paulo Salim Maluf (1993-1996) e do prefeito Celso Pitta (1997-2000), houve uma considerável aplicação de políticas privatizantes e de repasses dos recursos públicos para os setores privatistas da educação, trazendo a desvalorização das creches diretas em detrimento das indiretas.

Franco (2009) comenta que ainda houve a diminuição de funcionários, além do mais, tivemos a transferência de 47 unidades da rede direta para a administração indireta, o atendimento às crianças diminuiu de 33.225 em 1992 para 25.777. Vamos encontrar, ainda, a baixa valorização para com a formação dos profissionais, os investimentos que antes eram geridos pela Secretaria da Família e do Bem Estar Social (Fabes), ficaram a cargo das Supervisões Regionais do Bem Estar Social (Surbes) ou das próprias unidades, as creches.

Quando pensamos a inclusão educacional como um direito social, tomando como referência a estrutura socioeconômica das últimas décadas, segundo o relatório feito pelo Observatório dos Direitos do Cidadão (SAS, 2002), referente

aos anos de 1989 a 2000, percebemos um crescimento da miséria, incluindo as dificuldades de acesso aos bens de consumo e o desemprego na Cidade de São Paulo.

Por aqueles dias, é possível dizer que não havia a assunção de “políticas sociais efetivas no que se refere ao desemprego, reforma agrária, saúde, educação, relações econômico-produtivas, relações capital-trabalho” (Freitas; Saul; Silva, 2002, p. 20).

No âmbito da sociedade democrática, a construção da cidadania e da educação como direito universal e comprometido com a transformação coletiva da sociedade, a afirmação destes preceitos precisa, acima de tudo, de uma vontade política da classe dominante e dos governantes, perpassando pelos investimentos públicos que implique no atendimento à demanda, garantindo o acesso e a permanência dos cidadãos em todos os níveis educacionais na escola.

Os dados que se tornaram públicos mostram o crescimento da educação infantil municipal nos governos de Luiza Erundina, Paulo Maluf e Celso Pita. A partir disso, podemos analisar o que significaram as políticas públicas de educação para a cidade de São Paulo, que promovidas por essas administrações no âmbito municipal entre os anos de 1989 a 2000.

Na vigência da gestão de Luiza Erundina, o atendimento à demanda das creches na Secretária de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo, ocorria de forma diferenciada das Escolas de Educação Infantil, na Secretaria Secretária Municipal de Educação (SME).

As matrículas seguiam critérios socioeconômicos, enquanto nas escolas eram feitas por ordem de cadastro, por idade e mesmo com um crescimento no atendimento, o número de vagas ainda era insuficiente para atender aos desafios da crescente procura, o qual ficava em um cadastro de espera, respeitando a data de nascimento da criança conforme princípios específicos, além da renda familiar que deveria ser de zero a

quatro salários mínimos, justificando que “o corte de renda é necessário pela capacidade atual da rede e por sua insuficiência histórica frente à demanda” (Sebes, 1992, p. 8).

Quando realizamos a análise desse período, percebemos que na gestão de Luíza Erundina (PT), existia uma preocupação com o critério pedagógico, com caráter socioeducativo, direito da criança e das famílias, concepções que ficaram inscritas nas diretrizes da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social (Sebes), com a denominação de “Cidadania para quem precisa – A Assistência Social na Cidade de São Paulo de 1989 a 1992”.

O documento enfoca a obrigação do Estado em oferecer e atender as crianças de 0 a 6 anos em pré-escolas e creches, ressaltando que, a universalização desse serviço é uma conquista, porém está longe de se tornar realidade.

São Paulo a maior metrópole do país e com maior número de creches públicas, atendia apenas 20% das crianças dessa faixa etária, reconhecendo não haver recursos suficientes para construção e manutenção de equipamentos capazes de atender a demanda existente, bem como oferecer vagas na creche para o atendimento a todas as crianças, independentemente da análise financeira, seria excluir os já excluídos pela sociedade (Sebes, 1992).

Conforme estudos realizados por Freitas, Saul e Silva (2002, p. 23), referentes aos relatórios produzidos pelas gestões de Maluf e Pitta, vão encontrar um crescimento de 17,5% nos oito anos de governo, enquanto na gestão de Luíza Erundina temos um crescimento de 15% em quatro anos. As gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta decidiram realizar um caminho inverso ao governo anterior, adotaram uma postura de privilegiar o setor privado e inverteu a política de expansão desenvolvida na gestão Erundina, terceirizando 147 creches com o argumento de que o serviço terceirizado seria mais *eficiente* e barato para os cofres públicos.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de vida mais horríveis são lançadas sobre a classe trabalhadora sob a égide do capitalismo, as manifestações de suas crises cíclicas e estruturais se despontam na cotidianidade da vida social, exigindo-lhe permanente capacidade de organização, resistência e as mais diversificadas formas de revoltas contra opressão e a exploração que lhe é imposta.

As mobilizações sociais da população pobre e trabalhadora registradas nas periferias paulistanas nas décadas de 70 e 80 do século 20 fazem parte do processo mais amplo da presença da classe trabalhadora na luta pelos seus direitos sociais, por melhores condições de vida e pela retomada das liberdades democráticas e civis que marcaram de forma indelével aquela quadra da história brasileira.

A concepção de história que acalentamos parte do pressuposto de que as problemáticas estudadas fazem parte da totalidade da vida social, mas, existem visões ideológicas que consideram limitada, no tempo e no espaço, a importância dos movimentos sociais e populares, esvaziando sua presença política e o significado histórico e dialético da crítica que representam a sociedade burguesa e da crônica incapacidade da classe dominante de equacionar tarefas democráticas propaladas pelos arautos do capital.

Razão pela qual nos parece importante inseri-los no dinamismo conflituoso das relações de produção e na história da luta contra a discriminação e a exploração do capitalismo. Suas ações traduzem a necessidade do estabelecimento de um programa de reivindicações transitórias e democráticas que não podem ser realizadas no sistema capitalista, formal e juridicamente, estão ao alcance das mãos, mas, a burguesia jamais será capaz de garanti-los ao conjunto da população, pois, exigiriam

o fim da exploração do trabalho – sem a qual o capitalismo não pode existir e é o alicerce de sustentação deste modo de produção –, a distribuição da riqueza socialmente produzida e, em última instância, representariam a destruição do capitalismo.

Algumas das considerações aqui desenvolvidas mostram as transformações ocorridas no Sistema de Educação Infantil em São Paulo, trazendo dados desde a sua gênese, aspectos relevantes dos processos porque passou a educação infantil, a organização social e as lutas desenvolvidas por distintas camadas da população em busca de vagas, permanência e qualidade na educação pública paulistana.

Embora sejam cruciais na construção dos estudos historiográficos, as fontes documentais não falam por si só, mas, fornecem os subsídios necessários e preciosos aos interessados em compreender os episódios que se produzem na cotidianidade da vida social.

Ao integrar fontes acadêmicas, legais, orais e visuais, o livro não apenas procurou reconstituir a história da educação infantil em São Paulo, mas, também, resgatar a memória e a experiência política da classe trabalhadora, destacando a educação como um campo de disputa permanente. Essa abordagem plural reforça a tese central de que cada escola pública infantil construída é resultado de “incontáveis assembleias, abaixo-assinados e marchas nas ruas”.

Ao trazer as fotografias pertencentes aos acervos de Deoleciana Ferreira, da Agência Estado, da Olhar imagens, da Oficina de Imagens, do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz, de Alessandro de Moura, de Nair Benedicto, de Ariovaldo dos Santos e de Juca Martins para as páginas desse livro, o fizemos com a consciência de que o seu uso jamais poderia ter um sentido meramente ilustrativo. Antes pelo contrário, esses instantâneos imagéticos da realidade nos ajudam a dizer o quão importante foram e continuam sendo

a organização e a luta dos movimentos sociais em defesa dos direitos mais elementares da cidadania no Brasil.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela ditadura civil-militar, pela crise econômica e pelo surgimento de movimentos sociais urbanos. Em São Paulo, a industrialização acelerada atraiu os migrantes de diferentes localidades brasileiras, mas não garantiu infraestrutura. As periferias tornaram-se palco de lutas por moradia, saúde e educação, lideradas por mulheres que, além de trabalhadoras, eram chefes de família. A repressão a greves, ocupações e a virulência que se abate contra as suas lideranças (como a de Santo Dias) coexiste com avanços legais pós-1988, fruto da pressão popular.

As fotografias analisadas não apenas documentam essas lutas, mas também revelam a persistência, a capacidade organizativa e a importância da experiência política dos sujeitos históricos coletivos. Elas mostram a conexão entre a precariedade material e a organização coletiva, além de evidenciar como a educação infantil emergiu como pauta política a partir das bases. Governos como o de Luiza Erundina (1989-1992) responderam parcialmente a essas demandas, enquanto gestões posteriores, como as de Maluf e Pitta, retrocederam com políticas privatizantes.

As fotografias presentes no texto são mais que registros: são testemunhos da resistência popular. Elas contextualizam a luta pela educação infantil dentro de um cenário mais amplo de opressão e mobilização, mostrando como creches públicas foram conquistadas “à duras penas”. Ao humanizar personagens anônimos e dar visibilidade a protestos, essas imagens reforçam a importância da fotografia como ferramenta de denúncia e memória. Seu uso no texto não apenas ilustra, mas fundamenta a narrativa histórica, destacando que cada creche construída em São Paulo carrega em suas paredes as marcas de incontáveis assembleias, abaixo-assinados e marchas nas ruas.

Ao longo dos últimos decênios os movimentos sociais e populares em defesa da educação pública têm se mostrado como um dos mais organizados e resistentes diante da truculência dos governantes, dos descabimentos políticos e administrativos e dos interesses privatistas registrados na administração pública da cidade de São Paulo.

Desde os primeiros instantes da década de 1960 parcelas significativas da população trabalhadora dos bairros periféricos da cidade de São Paulo manifestaram o seu interesse na instalação de creches pela prefeitura municipal.

Nos anos 1970 diante do crescimento das ondas migratórias, aumento irrefreável do custo de vida, do avanço desordenado das periferias, abandonadas pelos poderes públicos, desprovidas do atendimento à saúde, aos transportes e a educação pública, vivendo em moradias lúgubres, sem acesso a água potável, a energia elétrica e ao tratamento dos esgotos e diante da proletarização das mulheres, a organização e a ação dos movimentos sociais e populares reivindicando a instalação de escolas destinadas à infância e de creches tornou-se um imperativo da luta política no cotidiano da cidade de São Paulo.

As presenças de um sem número de organizações nos chamam a atenção, não apenas pelas formas denodadas de atuação, pela capacidade de mobilização e de se manifestarem publicamente em prol do acesso das populações periféricas aos bens coletivos e sociais, mas, também, pela sua capacidade organizativa de superarem as mais duras adversidades e, no desenvolvimento de suas ações, assumirem posturas propositivas diante das autoridades governamentais.

Esses embates estão longe de serem equacionados e os movimentos sociais continuam, das mais variadas maneiras, interpelando as autoridades em defesa do direito inalienável a educação, pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada para todos, buscando formas e meios

para democratizá-la, levantando as bandeiras históricas e inserindo novas reivindicações para as políticas educacionais e para as práxis escolares.

A educação infantil ainda não chegou de forma democrática a todas as frações da classe trabalhadora da população paulistana, quiçá brasileira, algo que requer, acima de tudo, a urdidura de vigorosos movimentos sociais que sejam capazes de apontar os caminhos das políticas educacionais no itinerário do efetivo e pleno acesso à educação para primeira infância, como um direito historicamente conquistado e usufruído, da infância e das famílias, feito de qualidade e de permanência para o desenvolvimento integral da criança, independentemente de sua condição social, aliás, como reza a Constituição da República Federativa do Brasil.



# REFERÊNCIAS

APASSP. Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo. **Boletim Informativo**, São Paulo, n. 1, maio 1978.

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL MULHER, São Paulo, n. 3, 1976, p. 2.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB n. 1/1999, de 29 de janeiro de 1999**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a formação de professores na modalidade Normal em nível médio. Disponível em: <http://bit.ly/4hnOz1t>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB n. 2, de 19 de abril de 1999**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Disponível em: <http://bit.ly/4qjR3C3>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496p. Disponível em: <http://bit.ly/49exwN7>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58p. Disponível em: <http://bit.ly/47d1SwT>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.069, 13 de junho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://bit.ly/49b3UAb>. Acesso em: 19 jan. 2019.

CAMPOS, Maria M. Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel Morsolletto. **Creche e pré-escola no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2006. 134p.

FERREIRA, Deocleciana. **Fazenda da Juta/SP: uma trilha entre o rural e o urbano – trajetória de luta e resistência no assentamento de um povo**. 2018. 254f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FRANCO, Dalva de Souza. **Gestão de creches para além da assistência social: transição e percurso na prefeitura de São Paulo, de 2001 a 2004**. 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREITAS, José Cleber; SAUL, Ana Maria; SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. **Educação na cidade de São Paulo (1989 a 2000)**. 2. ed. São Paulo: Polis/PUC-SP, 2002. 40p.

GODOI, Lídia. A construção das creches/Ceis no Município de São Paulo: percursos, percalços e conquistas. **Revista Magistério**, São Paulo, n. 2, 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Thiago William. **A luta do povo (1980) – dir. Renato Tapajós**. YouTube, 22 jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/46j4EBY>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MOURA, Alessandro de. **Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC paulista: rupturas e continuidades**. 2015. 434f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

NÓS MULHERES, São Paulo, n. 1, jun. 1976.

O POVO contra o custo de vida. **Jornal Movimento**, [s.l.], edição de 5 fev. 1977.

Páginas da luta pela educação infantil na cidade de São Paulo (1970-1990)

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PANIZZOLO, Cláudia. E as crianças: notas sobre a história das creches em São Paulo. **Revista Magistério**, São Paulo, n. 2, 2015.

REPEP. Rede Paulista de Educação Patrimonial. **Mesa – Mães da Periferia, a resistência das mulheres na Ditadura Militar (parte 2)**. YouTube, 16 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4lzbAzv>. Acesso em: 7 jun. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria M. Malta; HADDAD, Lenira. **A rede de creches no município de São Paulo**. São Paulo: DPE; FCC, 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 21.862, de 15 de janeiro de 1986**. Legislação Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/4ngHwcm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SÃO PAULO (Município). **Lei n. 10.430, de 29 de fevereiro de 1988**. Dispõe sobre a reorganização dos quadros de pessoal da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo... Legislação Prefeitura SP. Leis Municipais. Disponível em: <http://bit.ly/3JdBtqX>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SAS. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Relatório de dados escolares**. São Paulo: SAS, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCAVONE, Darci Terezinha de Luca. **Marcas da história da creche na cidade de São Paulo**: as lutas no cotidiano (1976-1984). 2011. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba.

SEBES. Secretaria Municipal de Bem-Estar Social. **Cidadania para quem precisa**: a assistência social na cidade de São Paulo de 1989 a 1992. São Paulo: Sebes, 1992.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SPOSATI, Aldaíza. **A política social brasileira: a universalização tardia**. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Ed. Loyola, 1984.

### **Periódicos consultados**

ALMANAQUE. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2010.

REVISTA MAGISTÉRIO. Secretária Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, n. 2, 2015.

REVISTA MAGISTÉRIO. Secretária Municipal de Educação. São Paulo: SME/Coped, n. 3, 2017.

### **Entrevistas realizadas**

ALVES, Claude. Entrevista concedida a Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira e Carlos Bauer. São Paulo, 29 maio 2019, gravação mp3.

OLIVEIRA DO Ó, Antônia Ednalva de. Entrevista concedida a Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira e Carlos Bauer. São Paulo, 30 jan. 2019, gravação mp3.

# SOBRE OS AUTORES

**Carlos Bauer:** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Programa de Gestão e Práticas Educacionais (Progepe), da Universidade Nove de Julho (Uninove) e Pesquisador de Produtividade (PQ), do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). Autor, entre outros, dos livros *Reflexões sobre o tempo e a história: a memória e a utopia na escola* (Paco Editorial) e *A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo – elementos de história e questionamentos políticos* (Editora Sundermann). E-mail: professorcarlosbauer@gmail.com

**Maria C. Bandeira:** Professora de Língua Portuguesa, com formação em Letras e especialização em Literatura e Estudos Linguísticos. Mestre e doutoranda em Educação na Universidade Nove de Julho (Uninove). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), tendo publicado inúmeros artigos e livros na área da educação, entre eles, *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*, em cinco volumes, pela Paco Editorial. E-mail: neybandeira2000@yahoo.com.br

## Financiamento

Publicação realizada com os recursos oferecidos pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq), por intermédio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ, Processo 308339/2022-3.




<b>Título</b>	Páginas da luta pela educação infantil na cidade de São Paulo (1970-1990)
<b>Autores</b>	Maria C. Bandeira Carlos Bauer
<b>Assistência Editorial</b>	Andressa Marques Taís Rodrigues
<b>Capa</b>	Gabriel Luis Pereira
<b>Projeto Gráfico</b>	Thainá Manzatto
<b>Preparação</b>	Andressa Marques
<b>Revisão</b>	Eloísa Montes Marcia Santos Taíne Barriviera Renata Moreno Talita Franco Giovanna Ferreira
<b>Formato</b>	12x18
<b>Número de Páginas</b>	88
<b>Tipografia</b>	Life BT
<b>Papel</b>	Alta Alvura Alcalino 75g/m <sup>2</sup>
<b>1ª Edição</b>	Dezembro de 2025

---

Caro Leitor,  
Esperamos que esta obra tenha  
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:  
[sac@editorialpaco.com.br](mailto:sac@editorialpaco.com.br)

 11 98599-3876

---

## Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



### Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



### Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



### Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.




### Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

[livros@pacoeditorial.com.br](mailto:livros@pacoeditorial.com.br)

11 4521-6315

 11 95394-0872

[www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/](http://www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/)

**Todo mês novas chamadas são abertas:**

[www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/](http://www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/)

---

Conheça outros títulos em  
[www.pacolivros.com.br](http://www.pacolivros.com.br)

---

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21  
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100

Nas décadas de 1970 e 1990, a cidade de São Paulo foi palco de intensas lutas populares por direitos sociais, com destaque para a batalha pela educação infantil. Este livro, escrito por Maria C. Bandeira e Carlos Bauer, mergulha nas raízes históricas dos movimentos sociais paulistanos, revelando como mulheres, trabalhadores e comunidades periféricas desafiaram a negligência estatal e a repressão da ditadura militar para exigir creches públicas e educação de qualidade.

Através de uma análise multifacetada, os autores exploram a relação entre urbanização desordenada, exploração capitalista e resistência popular, destacando episódios emblemáticos, como a ocupação da Fazenda da Juta, as greves operárias do ABC e a atuação do Movimento de Luta por Creches. Fotografias históricas, documentos oficiais e depoimentos de protagonistas dão voz às mães, professoras e militantes que transformaram reivindicações locais em conquistas nacionais, como a inclusão da educação infantil na Constituição de 1988.

*Ana Rita Ferreira*

Mais do que um registro acadêmico, esta obra resgata a memória política das periferias, mostrando como cada escola de educação infantil construída em São Paulo carrega em suas paredes as marcas de assembleias, protestos e abaixo-assinados. Uma leitura essencial para compreender a força dos movimentos sociais e os desafios persistentes na garantia de direitos educacionais em um país marcado pela desigualdade.

*Ana Rita Ferreira*

Este livro reconstitui três décadas de lutas pela educação infantil na maior metrópole brasileira. Da repressão da ditadura às gestões progressistas e privatistas, Maria C. Bandeira e Carlos Bauer analisam como creches deixaram de ser espaços assistencialistas para se tornarem direitos constitucionais, graças à mobilização de mulheres, sindicatos e movimentos populares.

Com rigor histórico e sensibilidade, os autores combinam teorias críticas, imagens emblemáticas e relatos de protagonistas para revelar a tensão entre avanços legais e regressões políticas. A gestão de Luiza Erundina, os retrocessos de Maluf e Pitta e a resistência cotidiana nas periferias ilustram a educação como campo de disputa.

*Ana Rita Ferreira*

ISBN 978-85-462-3021-1



9 788546 230211



[/PacoEditorial](#)



[@PacoEditorial](#)



[@Paco\\_Editorial](#)